
Direitos culturais e ações museais

Antonio Motta

São muitas as controvérsias que envolvem os museus e suas formas de representação. Todavia, em torno delas há certamente um consenso: para que os museus sobrevivam, necessitam, antes de tudo, adaptarem-se a mudanças políticas e socioculturais mais amplas, o que exige a redefinição de seus papéis no mundo contemporâneo.

Tradicionalmente identificados com projetos de construção de nacionalidades, os museus adquiriram no presente novos significados sociais e políticos e, por isso, já não podem ser pensados como espaços de produção de memórias nacionais hegemônicas, tampouco como lugares para consagração de identidades nacionais ou espaços de conservação de objetos e relíquias de épocas passadas.

O que se observa nos discursos museológicos mais recentes é a fragmentação das grandes narrativas, nem sempre confiáveis, que geralmente urdiam construções discursivas sobre identidades nacionais hegemônicas. Tal ruptura tem cedido lugar para micronarrativas individuais ou coletivas que têm como protagonistas os chamados atores sociais da diversidade, comprometidos com o reconhecimento das diferenças culturais como valor ético e político fundamental.

No Brasil, notadamente no período de 2003 a 2016, essas mudanças conceituais na construção de narrativas museológicas e em suas práticas museográficas vieram acompanhando variadas dinâmicas históricas e podem ser associadas a processos democráticos que incorporaram o conceito de diversidade e de direitos culturais diferenciados ao campo das políticas públicas. De acordo com tal perspectiva, o campo das políticas públicas de cultura tornou-se o espaço onde as produções discursivas a respeito da cultura como direito foram sendo construídas, negociadas e apropriadas por distintos atores sociais que perceberam nessas políticas ganhos sociais.

Entendidas como fundadas em direitos ou constituindo o conjunto dos direitos fundamentais (com base na ordem discursiva pós-Constituição Federal de 1988), as políticas culturais estiveram a serviço da construção de uma agenda pública para a diversidade. Na produção desta agenda, as diferenças culturais passaram a orientar as construções narrativas a respeito das novas noções de cidadania, reivindicadas e negociadas por movimentos sociais junto ao Estado e aos governos estaduais.

Foi também no contexto de redemocratização do país que emergiram variadas demandas políticas na esfera pública, traduzindo a crescente e complexa pluralidade da sociedade civil, com variadas interseções nos processos de construções identitárias, a exemplo de raça, gênero, classe social, entre outras. Foi assim que novos sujeitos de direito ascenderam à cena pública, muitos deles oriundos de movimentos sociais que eclodiram durante o processo de redemocratização do país, nos anos de 1980, tornando-se importantes porta-vozes das reivindicações de indígenas, negros, afrodescendentes, quilombolas, populações rurais, jovens das periferias urbanas, mulheres, lésbicas, gays, transexuais, transgêneros, moradores de rua, “sem-terra”, entre outras minorias.

Tais reivindicações passaram a orbitar em torno de um conjunto de questões associadas àquilo que os antropólogos, de forma genérica, denominam de cultura: distintas formas de organização material e simbólica da vida em sociedade produzidas por diferentes coletivos sociais

que reclamam direitos de identidade ou direito à diferença. Deste modo, a nova retórica da identidade das minorias e das políticas de reconhecimento ou reparatórias passava a constituir uma importante categoria discursiva e, sobretudo, aplicativa, a compor e a influenciar a agenda das políticas públicas no país, especialmente dos museus, que a partir de então passaram frequentemente a ser entendidos, em sua extensão semântica, como instituições sociais com agendas políticas.

Ainda no âmbito das políticas culturais, o campo dos museus pode ser visto como agente de lutas sociais e políticas de grupos étnicos, ao favorecer a sua mediação com a sociedade nacional e o Estado, servindo de canal institucional para o agenciamento de direitos diferenciados. Foi dessa maneira que surgiram variados “museus de si” que buscavam expor as contradições estruturais da sociedade e seus conflitos sociais, construindo narrativas próprias sobre diferenças e desigualdades, como reivindicação do reconhecimento de suas identidades e territorialidades específicas.

Convém lembrar que estamos nos referindo a um contexto recente, no qual as políticas culturais estiveram associadas a processos de construção democrática, o que não tem correspondência no contexto atual, marcado pelo autoritarismo e o retrocesso no campo da cultura. Não se deve esquecer que tais políticas dependem de arranjos e alianças conjunturais, nem sempre favoráveis, como vem ocorrendo na atual situação política do país.

Porém, foi no contexto auspicioso e efervescente para as políticas públicas de cultura, especialmente durante o governo Lula, que os museus, mesmo aqueles considerados mais tradicionais, viram-se obrigados a repensar o sentido e o significado de suas coleções e políticas de acervo. Alguns deles, inclusive, sentiram-se confrontados com a necessidade de incluir como prioridade em suas pautas expositivas processos sociais dinâmicos que pudessem renovar e dar sentido às suas práticas de colecionismo.

Museus e lutas por reconhecimento

No âmbito internacional, essa transformação conceitual na narrativa museológica teve início com o processo de descolonização na primeira metade do século passado, quando a antropologia se viu obrigada a repensar seu próprio objeto de investigação, historicamente direcionado para alteridades exóticas no mundo colonial. Por sua vez, os museus também se viram obrigados a repensar suas coleções e suas políticas de acervos. De acordo com o novo corolário pós-colonial, os “outros” que integravam metonimicamente as coleções já não deveriam ser percebidos como objetos exóticos e passivos, mas sim como sujeitos e interlocutores ativos, necessariamente implicados em processos de negociação, mediação, decisão e representação dos quais faziam parte.

Por isso, alguns museus, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, passaram a privilegiar e a incluir processos sociais dinâmicos que, em última instância, buscassem dar novos sentidos às suas práticas de colecionismo. Segundo esta perspectiva, os museus buscaram construir “zonas de contato”, isto é, espaços interativos de “encontros coloniais” que interligam conhecimentos, práticas e relações assimétricas de poder, mas que também permitissem aos museus, por meio de relações de trocas recíprocas entre o passado e o presente, transitar por temporalidades descontínuas, exigindo a abertura ao diálogo com o mundo contemporâneo.

Se levarmos em conta tal premissa, os museus já não podem e não devem falar em nome dos “outros”, nem tampouco representar esses “outros” sem consultar previamente o que “eles” pensam e como “eles” devem se ver, agir e se representar, “eles” próprios, nos espaços museográficos. Todavia, para que isto ocorra, faz-se necessário estabelecer e negociar novas relações éticas e morais entre os “verdadeiros” detentores de coleções (povos originários) e os administradores e curadores das coleções que se ocupam da sua salvaguarda e da sua conservação.

Convém salientar que a redefinição das políticas e da legislação de acervos anda atualmente mais preocupada com o descarte e a repatriação de objetos do que com novas aquisições. Em alguns casos, as repatriações têm mobilizado povos indígenas que reivindicam a posse e a propriedade de seus objetos então musealizados em coleções. Da mesma maneira há uma preocupação por parte de alguns museus em incluir curadores nativos em exposições temporais dedicadas a temas específicos relacionados ao acervo do museu, e também em estabelecer novas interconexões temporais entre as antigas coleções com demandas contemporâneas com a atualização de temas que dialoguem, cada vez mais, com o direito e o reconhecimento de povos e grupos sociais.

Em lugar das “grandes narrativas” começam a surgir micronarrativas autorais, narradas em primeira pessoa, tendo como protagonistas os chamados atores sociais da diversidade, comprometidos com o reconhecimento da diversidade cultural como valor ético e político fundamental.

No Brasil, os casos do Museu de Favela e do Museu da Maré, ambos no Rio de Janeiro, inaugurados em 2006, são exemplos de experiências que começam a dar maior visibilidade pública ao tema, tratando do problema das diferenças e das desigualdades nas periferias dos centros urbanos. É importante destacar que a organização destas e de outras experiências museais comunitárias se confunde com um novo momento de mobilização política dos movimentos sociais e das lutas das comunidades periféricas no país.

O Museu de Favela (MUF) é um museu territorial, situado no complexo de favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, entre os bairros de Ipanema e Copacabana, nos quais se encontra o maior polo hoteleiro do Rio de Janeiro. A proposta deste museu visa metaforizar o mundo das favelas cariocas como símbolo de resistência e de cidadania.

A reivindicação de direitos culturais faz parte da agenda dos habitantes dessa comunidade que voluntariamente abraçaram um projeto e um modelo de gestão participativa de museu. Neste sentido, o MUF

se converteu em poderosa ferramenta de denúncia das desigualdades sociais, fundamentando-se naquilo que Nancy Fraser (2005) chama de “gramática da diversidade”, o que tem permitido a seus habitantes lutar pelo reconhecimento e denunciar a privação e a violação de seus direitos. Deste modo, pode-se entender a concepção deste museu territorial, em particular, como um espaço de reivindicações sociais, com agenda política, que permite novas formas de produção de memórias, de recomposição de identidades coletivas e de demandas sociais.¹

O principal atrativo do Museu de Favela (MUF) são suas casas. Suas fachadas são pintadas e decoradas com motivos diversos, sempre relacionados à história da comunidade em geral ou, em particular, à trajetória e às memórias de seus proprietários. Ao mesmo tempo em que cumprem a função de uso, as “casas-tela”, com suas fachadas pintadas, servem também para emoldurar histórias e memórias da comunidade através de grafites e de outras técnicas gráficas feitas por jovens da comunidade.²

Ao invés das coletas tradicionais de objetos (como utensílios, fotos, documentos etc.), às quais se atribui um valor histórico, a proposta do MUF é mobilizar a memória do tempo presente, motivando a comunidade a intervir, atuar, interagir e a se ver representada em ações culturais através de oficinas de pintura, de música, de gastronomia, de artesanato, entre outras atividades promovidas pelo MUF.

Na atualidade, tal exemplo ilustra de forma paradigmática como o espaço museal tem se transformado em lugar de força e de expressão de diferentes experiências de memórias, tornando-se palco para o protagonismo de novos atores sociais da diversidade, por meio dos quais são representados publicamente pertencimentos e identidades coletivas.

1 Para uma melhor compreensão do Museu de Favela, ver o vídeo de pesquisa realizada por Antonio Motta na comunidade de Pavão-Pavãozinho, disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=5gvnrQMg_K8.

2 Sobre o Museu de Favela, ver o livro *Circuito das Casas-Tela*, de Rita de Cássia Santos Pinto e Carlos Esquivel Gomes da Silva (2012).

Deste modo, as narrativas museográficas, como atos sociais performativos, servem aos propósitos de construção e afirmação de símbolos identitários.

Além de algumas experiências museais sociais nas periferias dos espaços urbanos, como o caso aqui referido, merecem destaque também aquelas de caráter étnico, como a dos museus indígenas, associados a um novo cenário político nas práticas de colecionismo que dão voz aos grupos que constituíram outrora as figuras de alteridade nas macro-narrativas nacionais.

Há vários exemplos desta articulação entre a criação de museus e as formas de mobilização política ou de resistência étnica, como a demonstrada pelo pioneiro museu Magüta, dos Ticuna, em Bejamin Constant, Alto Solimões, Amazonas, próximo à fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia. Também vem se formando nos últimos anos a rede de museus afrodigitais, cujo denominador comum é a transformação das práticas de colecionismo em recurso nas reivindicações políticas.

Para os casos dos museus comunitários, indígenas, quilombolas e outras tipologias análogas, forças sociais são mobilizadas em torno das narrativas museais, expressando aquilo a que Pierre Bourdieu (2001) se refere como uma luta pela classificação do mundo social em que se buscam legitimar publicamente as diferenças culturais. Nestes casos, os campos semânticos do patrimônio e dos seus processos de musealização são vistos com base nas situações de disputas e negociações de sentido na definição das imagens e dos objetos a serem musealizados.

Nos últimos anos, têm se formado redes de museus indígenas, como as observadas no Ceará, articulando dezenas de experiências museais diferentes, cujo denominador comum é a transformação das práticas de colecionismo em lutas pelo reconhecimento de seus direitos e memórias.

Direitos culturais ou o direito à diferença

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, os direitos culturais no Brasil adquiriram um novo estatuto legal, sendo glosados,

no idioma jurídico-administrativo, como direitos fundamentais. No plano internacional, oriundos da “segunda geração” dos direitos humanos e dos direitos fundamentais – os chamados direitos econômicos, sociais e culturais – constituem a discursividade das suas terceiras gerações, estabelecendo, nos fóruns e nos organismos multilaterais, a legalidade dos direitos de titularidade coletiva ou difusa, como os da autodeterminação dos povos e da conservação e utilização do seu patrimônio histórico e cultural.

Complementarmente foi instituído o ideário da democracia participativa como modelo de organização política do Estado que, na esfera pública nacional, foi um importante legado constitucional. Tal modelo, no entanto, só vislumbrou maior institucionalidade no país a partir do início dos anos 2000, quando foram ampliados os espaços de participação social já existentes e também criados novos espaços na formulação das políticas públicas, tais como conferências nacionais e instâncias colegiadas em órgãos do governo federal.

Diante do que nos propomos a discutir neste texto, convém assinalar que, no contexto de instauração de uma nova ordem discursiva pela Constituição Federal brasileira, a referência cultural ascendeu à condição de princípio legitimador de “ações patrimoniais” por parte de todos aqueles que se identificam e se sentem detentores de direitos culturais. Desta feita, as políticas culturais e patrimoniais, bem como os espaços institucionais de participação e controle social das políticas públicas, vêm sendo vistas como ferramentas privilegiadas para o agenciamento de direitos.

Foi também nesse contexto que emergiram as primeiras iniciativas de patrimonialização das diferenças, ancoradas na categoria do chamado conhecimento tradicional e relacionadas ao campo dos recursos genéticos, da biodiversidade e do patrimônio imaterial, favorecendo, no caso dos povos indígenas, o seu reconhecimento como sujeitos de direito.

No âmbito das políticas culturais, durante o período democrático, o campo do patrimônio e dos museus também pode ser visto constituindo canais de reivindicações políticas de diferentes grupos sociais e étnico-raciais, ao favorecer a sua mediação com a sociedade nacional e o Estado, servindo de elo institucional para o agenciamento de direitos e políticas na esfera pública, voltados para a promoção de uma justiça cognitiva-representacional, ancorada em demandas de reconhecimento e dignidade da pessoa humana.

Embora os avanços no campo da cultura e de suas políticas sejam inegáveis, muitas mudanças anunciadas e desejadas não foram realizadas, restando ainda confinadas ao campo semântico da boa retórica sobre a “cultura como recurso” ou “a cultura com direito”. Não se deve esquecer que as políticas culturais dependem de arranjos e alianças conjunturais, nem sempre favoráveis, como vem se refletindo recentemente. Para que as políticas culturais não fiquem apenas confinadas ao campo semântico da boa retórica da cultura e nem se tornem uma mera abstração heurística, talvez o maior desafio a ser enfrentado pelos antropólogos e pelas antropólogas na atual e nebulosa conjuntura política, marcada pelo retrocesso em todos os níveis, seja uma participação e uma intervenção mais ativas na esfera pública e em suas decisões políticas.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (orgs.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: MINC/Iphan/Demu/Garamond, 2007.

ARANTES, Antonio; MOTTA, Antonio (eds.). 2013. Dossier Cultural heritage and museums. *Virtual Brazilian Anthropology Vibrant*, 10 (1), 2013.

BANTING, Keith; KYMLICKA, Will. *Multiculturalism and the Welfare State: Recognition and Redistribution in Contemporary Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BERVERLEY, John. *Subalternity and Representation: Arguments in Cultural Theory*. Durham: Duke University Press, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Seuil, 2001.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. *Cultura com aspás e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.311-373.

CEDERMAN, Lars-Erik. *Emergent actors in world politics: How States and Nations Develop and Dissolve*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

CLIFFORD, James. *Routes: Travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Millennial Capitalism: First Thoughts on a Second Coming. *Public Culture*, 122, p. 291-343, 2000.

CONN, Steve. *Do museums still need objects?* Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2009.

COWAN, Jane K.; DEMBOUR, Marie-Bénédicte; WILSON, Richard A. (eds.). *Culture and Rights: anthropological perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CRANE, Susan (ed.). *Museums and Memory*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Qu'est-ce que la Philosophie?* Paris: Minuit, 1991.

_____. *Mille Plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

DERRIDA, Jacques. *L'écriture et la différence*. Paris: Seuil, 1967.

DERRIDA, Jacques. *De la Grammatologie*. Paris: Seuil, 1967.

EDENSOR, Tim. *Nation identity, popular culture and everyday life*. Oxford: Berg, 2002.

ERIKSON, Thomas, H. *Ethnicity and nationalism: Anthropological perspectives*. London: Pluto Press, 1993.

FABIAN, Johannes. *Time and the other: How anthropology makes its object*. New York, NY: Columbia University Press, 1983.

FABIAN, Johannes. *Power and Performance*. Madison: University of Wisconsin Press, 1999.

FERGUSON, James. The Uses of Neoliberalism. *Antipode*, 41 S1, p. 166-184, 2009.

FRASER, Nancy. *Reframing justice*. Assen: Koninklijke Van Gorcum, 2005.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003.

FRIEDMAN, Jonathan. *Cultural Identity and Global Process*. London: Sage, 1994.

GELL, Alfred. *Art and Agency: An Anthropology Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

GELLNER, Ernest. *Nation and nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

GELLNER, Ernest. *Culture, Identity, and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GRILLO, Ralph. *Pluralism and the politics of difference: State, culture, and ethnicity in comparative perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Beyond “culture”: Space, Identity, and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, 71, p. 6-23, 1992.

HALE, Charles R. Neoliberal Multiculturalism: The Remaking of Cultural Rights and Racial Dominance in Central America. *POLAR: Political and Legal Anthropology Review*, v. 28, n. 1, p. 10-28, 2005.

HALL, Stuart. The Centrality of Culture: notes on the cultural revolutions of our time. In: THOMPSON, Kenneth (ed.). *Media and Cultural Regulation*. London: Sage, 1997. p. 207-238.

HEIN, Georges. *Learning in the Museum*. London: Routledge, 1998.

HONNETH, Axel. *Struggle for Recognition: The moral grammar of social conflicts*. Cambridge: Polity Press, 1995.

HOOPER-GREENHIL, Eilean. *Museums and the Shaping of Knowledge*. New York: Routledge, 1992.

KARP, Ivan; LAVINE, Steven D. (eds.). *Exhibiting Cultures: The poetics and politics of museum display*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.

_____. (eds.). *Museum Frictions: Public cultures, global transformations*. Durham: Duke University Press, 2006.

KARP, Ivan; KREAMER, Christine Muller; LAVINE, Steven D. (eds.). *Museums and Communities: The politics of public culture*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

KYMLICKA, Will. *Politics in the Vernacular: Nationalism, multiculturalism, and citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

L'ESTOILE, Benoît. *Le goût des Autres: de l'Exposition coloniale aux Arts premiers*. Paris: Flammarion, 2010.

LUKE, Timothy. *Museum Politics: Power Plays at the Exhibition*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

MENSCH, Peter von. *New Trends in Museology*. Celje, Slovenia: Museum of Recent History Celje, 2011.

MOTTA, Antonio. Da África em casa à África fora de casa: Notas sobre uma exposição em trânsito. In: DIAS, Juliana, Braz.; LOBO, Andréa de Souza. *África em movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 245-270.

_____. Made in Africa: Gilberto Freyre, Câmara Cascudo e as continuidades do Atlântico Negro. In: SANSONE, Lívio (org.). *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas de identidade*. Salvador: Edufba/ABA Publicações, 2012. p. 213-259.

_____. Patrimônio. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Claudio. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala portuguesa*. Salvador: Edufba/ABA Publicações, 2014. p. 379-391.

_____. Raza, cultura e identidade: marcas de origen en el discurso sócio-antropológico Brasileño. In: ROTA y MONTER, José Fernández (org.). *Integración social y cultural*. Coruña: Universidad da Coruña/Ministerio de Ciencia y Tecnologia, 2002. p. 69-84.

_____ (org.). A “Cultura” na Agenda de Direitos e Políticas Públicas 2003-2015. In: *Dossiê* (org. Antonio Motta). *Revista Antropológicas*, 26, 2015.

MOTTA, Antonio; OLIVEIRA, Luiz. Dramatização e patrimonialização de diferenças culturais: a experiência museográfica como ato performático. In: SANDRONI, Carlos (org.). *Patrimônio cultural em discussão: novos desafios teórico-metodológicos*. Recife: Ed. Universitária, 2013. p. 175-193.

_____. Cultura nas malhas da política: patrimônio, museus e direito à diferença. *Revista Antropológicas*, v. 26, p. 156-178, 2015.

MOTTA, Antonio; OLIVEIRA, Luiz Antônio de. África, africanidades e afro-brasilidades: performances e dramas sociais como experiências museográficas. In: FURTADO, Cláudio Alves (org.). *Diálogos em Trânsito: Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzadas*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 47-78.

SILVA, Carlos Esquivel Gomes da; PINTO, Rita de Cássia Santos; LOUREIRO Katia Afonso Silva. *Círculo das Casas-Tela, Caminhos de Vida no Museu da Favela*. Rio de Janeiro: Museu da Favela, 2012.

STOCKING, George. *Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: ABA, 2012.

TAYLOR, Charles. *Human Agency and Language: Philosophical Papers I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

YOUNG, Crawford. *The politics of cultural pluralism*. Madison: University of Wisconsin Press, 1976.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.